

política

Lula e Motta discutem fim da escala 6x1 hoje

Reunião será para destravar divergências em torno da proposta

/ LEGISLATIVO

O presidente Lula deve se reunir nesta segunda-feira com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para negociar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 - seis dias de trabalho e um de folga.

Há divergência entre o Planalto e setores do Legislativo, principalmente sobre a adoção de um período de transição na mudança da jornada de trabalho.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, também deve participar da reunião com Lula e Motta. Há pressa para negociar as divergências, pois o relator da PEC, o deputado Leo Prates (Republicanos-BA), deve apresentar o relatório na própria segunda. A expectativa é votar a proposta tanto na comissão especial quanto em plenário ainda na próxima semana.

Lula defende o fim da escala 6x1 com uma redução de jornada de 44 para 40 horas semanais, sem possibilidade de corte de salário e também sem período de transição. A PEC é uma das principais bandeiras do governo em tramitação no Legislativo para as eleições de outubro.

No centrão e na oposição, há um interesse difuso, com grupos

defendendo propostas diferentes. Há grupos defendendo, por exemplo, um período de transição de dez anos. A aliados, o relator rejeitou qualquer possibilidade de aceitar um prazo tão longo.

O governo atua no Congresso para que o fim da escala 6x1 passe a valer na véspera da eleição de outubro, garantindo mais um trunfo para o presidente disputar a reeleição. Leo Prates defendia um período entre 120 e 180 dias para a proposta entrar em vigor, dando tempo para o Congresso votar um projeto de lei regulamentando o tratamento de categorias específicas.

O Planalto está ciente da necessidade de negociação. Pessoas a par das conversas apontam a possibilidade de um processo com início antes da eleição, mas finalizado somente em dois a três anos.

Outro ponto em discussão será um "alívio" para os empregadores, para permitir aos trabalhadores a redução da jornada sem corte de salário. Foi aventada a possibilidade de a hora cortada continuar sendo paga, mas não contabilizada para o pagamento de encargos trabalhistas, como férias, 13º salário ou FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Representantes do governo não aceitam mais compensações

para os empregadores. Uma ala dos partidos de centro e de oposição tentou colocar na PEC uma espécie de nova desoneração da folha de pagamento, para compensar setores eventualmente impactados pela redução de jornada.

A conversa de Lula e Motta deve destravar as principais divergências em torno da proposta. Na sequência, espera-se que o presidente da Câmara convoque os líderes da Casa para uma conversa. A proposta precisa ser aprovada na comissão e em plenário, em dois turnos, nesta semana.

Parlamentares destacam a proximidade do feriado de Corpus Christi, em 4 de junho, como um fator de atenção. A Câmara deve ficar esvaziada. Depois, iniciam-se as festas juninas, período no qual os congressistas visitam suas bases eleitorais, principalmente as bancadas do Nordeste. Para a PEC ser promulgada, ela ainda precisa ser aprovada no Senado.

Por isso, o governo tem pressa para aprovar o assunto. Na Câmara, houve boa vontade de Motta, que abraçou a pauta. Já a relação do Planalto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), segue abalada após a Casa rejeitar a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Maria de Lourdes Galvão Braccini de Gonzalez assume o TRE-RS

/ ELEIÇÕES 2026

A desembargadora Maria de Lourdes Galvão Braccini de Gonzalez tomou posse na sexta-feira como presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Sul para o biênio 2025/2026. Ela assumiu o cargo no lugar do desembargador Mario Crespo Brum. Na ocasião, também tomou posse o desembargador Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard como vice-presidente e corregedor da instituição para o mesmo biênio. O ato solene aconteceu no plenário da sede histórica do regional gaúcho.

Em seu discurso de despedida, o desembargador Mario Crespo Brum recordou os fatos ocorridos e as ações desenvolvidas durante o período em que esteve à frente da gestão do TRE. Também desejou êxito à nova administração.

A desembargadora Maria de Lourdes Galvão Braccini de Gonzalez assegurou que assume a gestão do regional gaúcho "com profunda honra e senso de responsabilidade institucional". Garantiu ainda que "assume a missão com humildade diante da grandeza da Justiça Eleitoral brasileira e firmeza, porque os desafios dos tempos presentes exigem serenidade, preparo técnico, in-



Maria de Lourdes diz que eleições são tarefa central da gestão

dependência e solidez institucional". A magistrada registrou reconhecimento à gestão anterior e ao trabalho desenvolvido por todos os servidores da Justiça Eleitoral gaúcha. Também fez um agradecimento especial ao desembargador Antônio Maria Iserhard, "cuja participação na gestão representa motivo de segurança, serenidade e confiança". Ao destacar que as eleições deste ano são consideradas "tarefa central" para a gestão, elencou três compromissos a serem seguidos: garantir a normalidade democrática, proteger a confiança pública no voto e enfrentar os novos riscos do processo eleitoral.

Carla Zambelli é liberada de presídio na Itália

/ JUSTIÇA

A Corte Suprema de Cassação, última instância da Justiça italiana, negou autorização para que a ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP) seja extraditada para o Brasil. Os juízes da última instância anularam a decisão da Corte de Apelação, em resolução comunicada aos advogados. A ex-deputada já foi solta. Na audiência realizada em Roma, seis juízes analisaram, em cerca de uma hora, recurso apresentado pela defesa contra a decisão da Corte de Apelação. A instância anterior havia sido favorável ao envio de Zambelli ao Brasil, para cumprir pena de prisão. As justificativas para a rejeição devem ser publicadas nos próximos dias.

Em vídeo publicado nas redes sociais de seu advogado na Itá-

lia, Pieremilio Sammarco, cerca de duas horas depois da divulgação da decisão, Zambelli aparece na frente do complexo penitenciário de Rebibbia, onde estava detida desde julho, comemorando a decisão. "Essa vitória foi de Deus, eu consagrei nossa vitória a Deus. Ele conseguiu, deu força para os nossos advogados. Agora a gente está livre, graças a Deus, para continuar uma vida de missão", diz Zambelli na publicação.

Segundo o advogado Pieremilio Sammarco, que defende a ex-deputada na Itália, foram apresentados como argumentos contra a extradição supostos "vícios processuais" no julgamento feito pelo STF (Supremo Tribunal Federal), as condições carcerárias no presídio no Brasil para onde ela iria e o estado de saúde de Zambelli.

"Há várias contradições e

omissões na sentença da Corte de Apelação, como o fato de não ter se pronunciado sobre a averiguação das condições da Colmeia (presídio ao qual a ex-deputada seria enviada), como o tamanho das celas e a existência de serviço sanitário adequado", disse o advogado, ao fim da audiência. Sammarco disse ainda que Zambelli teria tido piora em seu estado de saúde recentemente, mas não deu detalhes.

O governo brasileiro foi representado na audiência pelo advogado Enrico Giarda, contratado por meio da AGU (Advocacia-Geral da União). "Pedimos a rejeição do recurso e evidenciamos que o processo brasileiro não pode ser refeito na Itália. O procedimento de extradição se baseia em argumentos técnicos e específicos, os quais a Corte de Apelação examinou integralmente", afirmou.



MENU POA
NEGÓCIOS | SOCIEDADE | CULTURA



Associação
comercial
Porto Alegre



26 de maio • 12h às 14h

Local: Associação Comercial de Porto Alegre - ACPA
Salão Nobre - Largo Visconde do Cairú, 17, Centro Histórico.
ESTACIONAMENTO NO PRÓPRIO PRÉDIO.
Lyon Park - Av. Mauá, 1413
Ingressos no Sympla.

Patrocinadores





Apoiadores









